

SUL DA BAHIA: DO MULTILINGUISMO AO UNILINGUISMO (1760-1940)

Wagner ARGOLO¹

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v21i1.3647>

Resumo: Trata-se de artigo em que se expõe a hipótese de que a luta pela posse das terras do cacau, iniciada na segunda metade do século XVIII, teria sido a responsável pela dizimação do contingente populacional depositário do multilinguismo de cerca de 60 línguas no sul da Bahia. Essas lutas teriam tido seu auge no final do século XIX, quando, devido à substituição da população multilíngue pela população unilíngue em português, se tem, simultaneamente, a introdução dessa língua como a única da região.

Palavras-chave: Multilinguismo. Unilinguismo. Brasil. Sul da Bahia. Região Cacaueira.

¹ Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Ilhéus, Bahia, Brasil; wagner.argolo@gmail.com; <http://orcid.org/0000-0002-1880-705>

SOUTHERN BAHIA: FROM MULTILINGUALISM TO UNILINGUALISM (1760-1940)

Abstract: This article exposes the hypothesis that the struggle for possession of cocoa lands, which began in the second half of the 18th century, was responsible for the decimation of the population that held the multilingualism of around 60 languages in the southern Bahia. These struggles would have reached their peak at the end of the 19th century, when, due to the replacement of the multilingual population by the unilingual population in Portuguese, simultaneously, this language was introduced as the only one in the region.

Keywords: Multilingualism. Unilingualism. Brazil. Southern Bahia. Cocoa Region.

Introdução

Neste artigo, expomos dados sócio-histórico-demográficos que embasam e nos permitem desenvolver a hipótese de que, a partir de 1760, com o incremento da lavoura cacaeira (Santos, 1957), a migração de populações dos interiores sertanejos nordestinos para o sul da Bahia, para onde migraram com a finalidade de plantar cacau, foi a principal responsável pela extinção do multilinguismo indígena da região, ao mesmo tempo em que introduziu o português, língua que já era falada por esses migrantes.

Os sertanejos foram afugentados de suas terras pela seca, ao mesmo tempo em que foram maciçamente atraídos para o sul da Bahia pelas notícias de prosperidade da lavoura cacaeira e, principalmente, pela existência de grandes extensões de terra sem dono, onde pudessem plantar o fruto.

Contudo, as terras “sem dono”, na verdade, os tinham; donos estes que, em sua grande maioria, eram indígenas – das mais variadas etnias –, brancos pobres, mamelucos, negros e pardos – quase todos, por sua vez, falantes de suas línguas nativas indígenas como L1, de suas línguas africanas também como L1 (embora em muito menor monta) e de língua geral L1, no caso dos indígenas e mamelucos de origem tupinambá, e de língua geral L2, no caso de indígenas e mamelucos de origem jê e de africanos, além de falantes de português europeu L1, no caso de colonos portugueses, e de português europeu L2 e L3, no caso dos poucos negros africanos do sul da Bahia e dos próprios indígenas tapuias e mamelucos, descendentes de tapuias, nativos da região. Isto porque, no caso dos africanos e dos indígenas tapuias, eram, possivelmente, falantes nativos de suas línguas africanas – nomeadamente banto e jêje-mina – e de suas línguas do tronco macro-jê,

respectivamente. Desse modo, a ordem possível de aquisição era: línguas indígenas e africanas como L1; língua geral como L2; e, em alguns casos, português europeu como L3² (Argolo, 2013, 2015, 2016).

Os depositários do multilinguismo: cenário demográfico

Mott (2010), em seu livro *Bahia: inquisição & sociedade*, depois de fazer um cotejo em obras de diversos cronistas coloniais e do período imperial, apresenta dados demográficos sobre a Capitania de Ilhéus, que selecionamos e organizamos na tabela abaixo, acrescentando-lhes dados coletados do também cronista colonial Luís dos Santos Vilhena (1969 [1798-1799]):

Tabela 1. Dados extraídos de Vilhena (1969 [1798-1799], p. 486-514) e de Mott (2010, p. 195-293)

Capitania de Ilhéus (1740-1854)	
Aldeias e vilas	Número de indivíduos
São Fidélis	240 indígenas (sem informação de etnia, mas provavelmente tupinambás)
Cairu	2.210 tupinambás e brancos
Boipeba	2.417 tupinambás e brancos
Camamu	4.067 tupinambás e brancos
Barcelos	200 tupinambás (não há números para brancos)
Maraú	1.600 tupinambás e brancos
Barra do Rio de Contas (atual Itacaré)	2.000 tupinambás, pocuruxéns, gueréns e brancos
Ilhéus	2.000 tupinambás e brancos
Oliveira	1.000 tupinambás e brancos
Serinhaém (Santarém)	300 tupinambás e brancos
Poxim	34 tupinambás e brancos
Total	16.068 indivíduos, entre indígenas e brancos

Fonte: Elaboração própria

² No documento que será citado, apesar de não haver informação sobre a procedência de Luís Francisco Soledade nem sobre a finalidade de a invasão de terra ser plantar cacau, ainda assim é um registro de invasão, comprovando que, em 1760, já começavam a ocorrer: “3 de Março de 1760 / Do Conselho Ultramarino / Sobre o que informa o V. Rei, que foi do Estado do Brasil a respeito da conta, que por este Concelho deu o Ouvidor da Capitania dos Ilhéus de se haver apossado Luís Francisco Soledade indevidamente de quarenta léguas de terra nas cabeceiras da Vila do Cairu e vão os documentos que o acusam”. Arquivo Histórico Ultramarino, ACL, CU, 005, Cx. 144, D. 11028.

- | Sul da Bahia: do multilinguismo ao unilinguismo (1760-1940)

No que concerne à Capitania de Porto Seguro, Tomé Couceiro de Abreu (1764), Francisco Xavier Teixeira Álvares (1780) e Cancela (2012) apresentam dados demográficos referentes a oito, das dez vilas da Capitania de Porto Seguro. Por essa razão, nossa tabela não contempla as Vilas do Prado e de Porto Alegre. Ainda assim, continuam a ser dados importantes, não só por contemplar 80% das vilas da Capitania de Porto Seguro, mas porque, mesmo nesses 80%, já encontramos um contingente populacional até maior do que o da Capitania de Ilhéus, que foi contemplada na sua totalidade. Vejamos:

Tabela 2. Dados extraídos de Tomé Couceiro de Abreu (1764)³, de Francisco Xavier Teixeira Álvares (1780)⁴ e de Cancela (2012, p. 163)

Capitania de Porto Seguro (1764-1780)	
Vilas	Número de indivíduos
Belmonte	135 (sem informação de etnia nem de raça)
Verde	404 (sem informação de etnia nem de raça)
Porto Seguro	1.350 (há apenas a informação de que eram brancos, pardos e negros forros, além dos indígenas mehãas do Rio Jequitinhonha; os tupinambás já deviam estar diluídos entre os mamelucos, e estes entre os “brancos”)
Trancoso	928 tupinambás e brancos
Alcobaça	90 (sem informação de etnia nem de raça)
Caravelas	67 (sem informação de etnia nem de raça)
Viçosa	452 (sem informação de etnia nem de raça)
São Mateus	16.345 brancos, com maioria absoluta de bacunis, amataris, comonaxôs, abocaxôs, mayaxôs, panhames e manxacaris (maxacalis)
Total	19.771 indivíduos, entre indígenas, brancos e negros

Fonte: Elaboração própria

Abaixo, está um quadro sinóptico, relativo às Tabelas 1 e 2, acima, que nos permite uma visão geral da demografia do sul da Bahia entre 1740 e 1854:

Tabela 3. Síntese das tabelas 1 e 2

Demografia geral do sul da Bahia entre 1740 e 1854	
Capitania de Ilhéus	16.068 indivíduos
Capitania de Porto Seguro	19.771 indivíduos
Sul da Bahia	35.839 indivíduos (contingente composto por indígenas – de mais de 50 etnias distintas –, brancos, mamelucos e negros)

Fonte: Elaboração própria

3 Arquivo Histórico Ultramarino, ACL, CU, 005-01, Cx. 54, D. 10526.

4 Arquivo Histórico Ultramarino, ACL, CU, 005-01, Cx. 34, D. 6429-6430.

Dias Tavares (2008, p. 365), em sua *História da Bahia*, ao tratar da ordem de importância dos produtos de exportação da Bahia, afirma que:

O cacau sempre esteve no primeiro lugar. Era o de maior procura no mercado externo. Quase inexistente no período colonial, situação que se alterou pouco na primeira metade do século XIX, o cacau chegou na Bahia em 1746 por iniciativa do suíço Frédéric Louis Warneaux, que trouxe uma muda de cacau do Pará e a plantou na fazenda Cubículo, às margens do rio Pardo.

A existência de terras férteis no sul baiano, suas condições climáticas, mais a cobertura da floresta atlântica explicam o rápido desenvolvimento da lavoura cacauera naquela zona. Mas a maioridade comercial do cacau baiano só ocorreu dos anos de 1860 em diante em resposta à procura de cacau pelas indústrias farmacêuticas e de alimentação dos Estados Unidos e dos países europeus mais desenvolvidos, em destaque a Inglaterra.

Baseados nos documentos que encontramos – que nos fornecem informações relativas à demografia do sul da Bahia –, nos dados demográficos que Mott (2010) encontrou – que se estendem até 1854 – e no que diz Dias Tavares (2008) sobre a “maioridade comercial” do cacau se delinear apenas a partir de 1860, podemos hipotetizar que, até o final da década de 1850, o quadro multilíngue do sul da Bahia ainda se mantinha, embora já estivesse reduzido em função das migrações e conflitos pela posse da terra que já vinham acontecendo desde 1760.

Porém, pelo que concluímos, o conflito chegou a seu ponto crítico na década de 1860, momento em que os cerca de 35 mil indivíduos que possivelmente ainda compunham o contingente populacional do sul da Bahia, expostos nas tabelas 1, 2 e 3, formado durante o período colonial, são dizimados pela frente de expansão das fazendas de cacau que vieram a dominar a região. É bastante plausível admitir, inclusive, que, em 1860, o número de etnias já não fosse mais superior a cinquenta, mas, sim, inferior a esse número, devido à ação de guerras e epidemias.

Os sertanejos, ao chegarem ao sul da Bahia e ao se depararem com essa população de cerca de 35 mil indivíduos, teriam travado luta pela posse de suas terras, desencadeando o processo de dizimação e expulsão da população local. Continuando, então, a citação do trecho escrito por Dias Tavares (2008, p. 365), temos o seguinte:

- | Sul da Bahia: do multilinguismo ao unilinguismo (1760-1940)

Outro fator que influenciou no espantoso crescimento da lavoura cacaeira no sul da Bahia foi a existência de grande quantidade de terras sem dono. Isso permitiu a corrida de centenas de aventureiros para a ocupação do litoral sul, seguindo-se depois o avanço para o interior, áreas ainda ocupadas, naquele então, por tribos dos povos tupi e tamoio, logo expulsos ou dizimados. Essa saga da conquista de terras para o cacau teria sido impossível no recôncavo baiano, onde as terras tinham donos há dois séculos, pelo menos.

Em consonância com Dias Tavares (2008), Santos (1957), mais uma vez, serve-nos de fonte, estando o geógrafo baseado agora num estudo, na ocasião ainda um manuscrito inédito, de autoria de João Batista Alves de Macedo, no qual afirma que “A grandeza econômica da zona cacaeira foi, em boa parte, forjada pelo sertanejo e pelo nordestino, vindos do interior da Bahia e de outros Estados, especialmente Sergipe”, regiões de onde “[...] a inclemência da seca os tangia em busca de melhor acolhida em terras mais férteis e dóceis, como as da zona sul da Bahia [...]” (Macedo, s/d *apud* Santos, 1957, p. 45).

E continua fazendo uso das palavras de João Batista Alves de Macedo, quando este diz que:

Os jagunços, apesar de proscritos pela justiça e assalariados por aventureiros, sequiosos de fortuna fácil, foram, também, responsáveis pelo desbravamento das matas do cacau, exterminando os indígenas que, desde os primeiros séculos, constituíram um entrave à penetração do povoamento e aproveitamento dos inesgotáveis recursos econômicos da ubérrima região (Macedo, s/d *apud* Santos, 1957, p. 45).

Esse processo de extermínio e expulsão dos indígenas foi, provavelmente, o principal motivo da extinção do multilinguismo do sul da Bahia, pois, com a morte de grande parte de seu povo e a expulsão de seus falantes – que fugiram para as matas virgens que restaram –, o multilinguismo exercido por eles sofreu um forte e profundo golpe.

A introdução da língua portuguesa

Com relação à generalização, nas Capitanias de Ilhéus e de Porto Seguro, do uso da língua portuguesa, há um fator que consideramos o mais significativo para a compreensão desse processo na costa sul baiana, à símile do que Bessa Freire (2004) apontou para a difusão do idioma lusitano na Amazônia: sendo esses “novos donos da terra” falantes de português brasileiro, foi esse idioma que passou a dar voz à sociedade que começava

a se formar: a sociedade do cacau, representada pelas primeiras gerações de migrantes sertanejos, predominantemente do sexo masculino, que se dirigiram para o sul da Bahia e que, já em 1860, se tornaram os primeiros grandes coronéis do cacau, assim considerados devido às grandes fortunas que acumularam e aos títulos de coronel que compraram, beneficiados que foram com a valorização do cacau no mercado internacional, como resultado da grande procura por esse produto pelas indústrias norte-americanas do ramo farmacêutico e alimentício, além da procura, por parte de países europeus, como a Inglaterra, que também se interessaram pelo produto (Dias Tavares, 2008).

Além do mais, a própria localização geográfica da Zona do Cacau favorecia a migração. Por terra, chegaram os primeiros migrantes sertanejos que, do interior nordestino, partiram para a costa sul baiana. Pelo mar – após o estabelecimento dos migrantes sertanejos, quando as terras do sul da Bahia já estavam repletas de fazendas de cacau e o dinheiro começava a circular em abundância na região –, começaram a aportar, principalmente em Ilhéus, migrantes de outras regiões do país, a exemplo do Sudeste, cujas profissões eram as mais diversas – como médicos, engenheiros, prostitutas e exportadores de cacau (Argolo, 2013, 2015, 2016).

O recenseamento do Império do Brasil em 1872⁵

Prova de que, a partir de 1860, a migração de uma população não-indígena, não-mameluca e não-portuguesa para o sul da Bahia ganha força está nos números fornecidos pelo recenseamento de 1872, feito pelo então Império do Brasil, demonstrando que uma população qualitativamente distinta da que se encontrava na região realmente veio a se tornar predominante, substituindo a que havia anteriormente.

Neste importante documento, podemos perceber a espantosa diminuição da população indígena, situação que não se apresentava nos dados demográficos anteriores a 1860, apresentados nas tabelas 1, 2 e 3.

Como mostraremos abaixo, se, antes de 1860, os indígenas apareciam sempre como a maioria absoluta da população das vilas e aldeias das Capitânicas de Ilhéus e de Porto Seguro⁶, depois dessa década, a partir de 1870, a demografia do sul da Bahia apresenta-se

5 Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>. Acesso em: 13 abr. 2024.

6 A exemplo da Vila de São Mateus, na Capitania de Porto Seguro, para a qual Francisco Xavier Teixeira Álvares, em 1780, atesta uma população indígena de dezesseis a vinte mil indígenas, de sete etnias distintas, concentrada nas matas, contra minguados 345 habitantes da zona urbana da vila, dentre os quais estavam incluídos os brancos, os mamelucos e os poucos negros e pardos.

- | Sul da Bahia: do multilinguismo ao unilinguismo (1760-1940)

completamente modificada, na qual os indígenas passam a representar a minoria absoluta do contingente das duas capitanias que compunham a região, não atingindo mais, em nenhum dos novos municípios, a casa do milhar. Na verdade, a categoria “índio”, no recenseamento, sequer aparece, apresentando-se apenas a categoria “caboclo” (o mesmo que “mameluco”), dentro da qual se pressupõe a existência de indígenas sobreviventes.

Já o número de brancos, pardos e negros sobe vertiginosamente – principalmente o de pardos –, ultrapassando, por várias vezes, a casa do milhar, chegando inclusive ao significativo número de 13.281 indivíduos no Município de Jequiçá, dentro dos limites da antiga Capitania de Ilhéus.

Em suma, os dados demográficos do recenseamento de 1872 deixam claro que houve uma substituição da população do sul da Bahia, o que teve como consequência incontornável a substituição do quadro linguístico da região. A população predominantemente indígena, falante de cerca de sessenta línguas autóctones e da língua geral, anterior a 1860, foi substituída por uma população unilingue, falante de português, que migrou para a região para plantar cacau.

No recenseamento em questão, os dados demográficos são apresentados de maneira detalhada, divididos, primeiramente, entre a população livre e a população escravizada, visto que, em 1872, ainda havia escravidão no Brasil.

Feita essa divisão inicial, o recenseamento apresenta, dentro desses dois grandes grupos, subdivisões com base no sexo, no estado civil, na raça, na religião, na nacionalidade e no grau de instrução. Desses seis critérios, utilizados como base para as subdivisões apresentadas, três nos interessam: a raça, a nacionalidade e o grau de instrução. Vamos, então, a eles.

Primeiramente, trataremos da população livre, seguindo a ordem de apresentação informacional do recenseamento:

Tabela 4. Adaptado de “Recenseamento do Brasil em 1872”⁷ (1872, p. 68-76)

Antiga Capitania de Ilhéus (1872)					
Número de indivíduos livres, classificados por raças					
Municípios	Branco	Mulatos	Negros	Mamelucos	Total
Valença	3.826	7.455	3.313	181	14.775
Jequiçá	7.415	13.281	4.535	685	25.916

⁷ Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>. Acesso em: 13 abr. 2024.

Santarém	1.458	878	501	28	2.865
Cairú	294	2.284	495	47	3.120
Taperoá	1.604	3.053	997	26	5.680
Camamu	1.120	5.763	1.708	87	8.678
Barcelos	376	300	697	190	1.563
Maraú	819	2.644	152	4	3.619
Barra do Rio de Contas	533	1.757	541	82	2.913
Ilhéus	1.185	2.429	619	398	4.631
Olivença	88	1.841	797	13	2.739
Canavieiras	327	2.484	94	28	2.933
Total	19.045	44.169	14.449	1.769	79.432

Fonte: Elaboração própria

Tabela 5. Adaptado de “Recenseamento do Brasil em 1872”⁸ (1872, p. 68-76)

Antiga Capitania de Porto Seguro (1872)					
Número de indivíduos livres, classificados por raças					
Municípios	Brancos	Mulatos	Negros	Mamelucos	Total
Belmonte	1.339	1.539	715	268	3.861
Santa Cruz	141	110	850	170	1.271
Vila Verde	11	67	15	439	532
Porto Seguro	1.030	1.143	702	169	3.044
Trancoso	269	297	447	77	1.090
Caravelas	967	1.012	1.725	122	3.826
Prado	151	1.125	722	10	2.008
Alcobaça	622	760	1.400	254	3.036
Viçosa	567	808	1.010	174	2.559
Porto Alegre	446	429	762	109	1.746
Total	5.543	7.290	8.348	1.792	22.973

Fonte: Elaboração própria

⁸ Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>. Acesso em: 13 abr. 2024.

- | Sul da Bahia: do multilinguismo ao unilinguismo (1760-1940)

Tabela 6. Adaptado de “Recenseamento do Brasil em 1872”⁹ (1872, p. 68-76)

Sul da Bahia (sem São Mateus, que, após a Independência, passou a pertencer à Província do Espírito Santo)	
Antiga Capitania de Ilhéus	79.432
Antiga Capitania de Porto Seguro	22.973
Total	102.405

Fonte: Elaboração própria

De forma geral, sem distinção de raça, a população da antiga Capitania de Ilhéus, de acordo com os dados extraídos do recenseamento de 1872, apresenta maior volume nos municípios de Valença e Jequiriçá, respectivamente com 14.775 e 25.916 habitantes. Apenas um único município, Barcelos, possui número abaixo de dois mil. Tal concentração no norte da antiga Capitania de Ilhéus pode dever-se a uma maior produção de cacau na região em 1872, fato que, entretanto, se modificaria nas décadas seguintes, pois, em 1957, Santos, no mapa em que apresenta a distribuição da produção no sul da Bahia, nos mostra que a concentração das fazendas de cacau já estava em Ilhéus e em Itabuna, apresentando uma produção acima de quatrocentos mil sacos e com população em torno dos cem mil habitantes (Mortara, 1952), em contraste com o norte, cuja produção chegava, no máximo, a duzentos mil sacos, e cuja população se mantinha numa média de vinte mil habitantes (Mortara, 1952).

Tal relação simbiótica entre maior produção e maior densidade populacional, além de evidente, encontra respaldo nos dados do recenseamento do IBGE de 1940, em que se inclui o sul da Bahia e que apresentaremos mais adiante, publicados por Mortara em 1952, nos quais podemos constatar que a maior densidade demográfica da Zona do Cacau, à símile da produção, também já se tinha deslocado para Ilhéus e para Itabuna.

Para além da mudança quantitativa, devida ao vertiginoso aumento populacional da antiga Capitania de Ilhéus – que passa dos 16.068 habitantes, em 1854, para 79.432 habitantes em 1872, quase quintuplicando –, mais impressionante, entretanto, é a completa inversão, em termos qualitativos, do tipo de sua população, pois, se, antes de 1860, prevaleciam os indígenas e mamelucos, rareando os negros e brancos na região, depois dessa década, já em 1872, a situação se inverte, passando a prevalecer, com folga, os pardos (em número de 44.169), vindo logo em seguida os brancos (em número de 19.045), os negros (em número de 14.449) e, na última colocação, a grande distância, os

⁹ Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>. Acesso em: 13 abr. 2024.

mamelucos (em número de 1.769). Dessa forma, a ordem da densidade de habitantes, de acordo com a raça, constante do recenseamento de 1872, era: 1º) Pardos; 2º) Negros; 3º) Brancos; e 4º) Mamelucos.

No que concerne à antiga Capitania de Porto Seguro, os dados demográficos de 1872 revelam que, de forma geral, processo semelhante, em termos quantitativos, ocorreu na costa entre o rio Jequitinhonha e o rio Doce, embora com grau muito menor de intensidade. Assim, enquanto, na antiga Capitania de Ilhéus, a população total é quase quintuplicada, na antiga Capitania de Porto Seguro, não chega sequer a dobrar, embora tenha aumentado significativamente, passando de 19.771 habitantes, entre os anos de 1764 e 1780, para 22.973 habitantes em 1872 – um aumento de 16,19%.

Ainda sem distinguir a raça, percebemos, outrossim, que, em 1872, a distribuição demográfica na antiga Capitania de Porto Seguro se apresentava de forma mais regular do que na antiga Capitania de Ilhéus. Enquanto, nesta última, temos números que oscilam entre 25.916 e 1.563 habitantes, a depender do município, naquela há uma grande estabilidade, com números que estão, quase sempre, situados no intervalo compreendido entre a casa dos 1.000 e dos 3.000 habitantes. A única exceção é a Vila Verde, com 532 habitantes. Ressaltada a exceção da Vila Verde, temos, como número máximo, 3.861 habitantes para Belmonte e, como número mínimo, 1.090 habitantes para Trancoso.

Essa maior estabilidade populacional possivelmente se deve ao fato de a antiga Capitania de Porto Seguro nunca ter chegado a atingir o altíssimo nível de produção de cacau da antiga Capitania de Ilhéus, embora tenha, também, se tornado um produtor importante. Em 1957, Belmonte era o único município – dentro dos limites da antiga Capitania de Porto Seguro – a produzir entre cinquenta e duzentos mil sacos de cacau (Santos, 1957). Os demais municípios compreendidos pelo que foi o domínio de Pero do Campo Tourinho, incluindo o município de Porto Seguro, tinham uma produção que não ultrapassava os cinquenta mil sacos. Certamente, a menor produção da antiga Capitania de Porto Seguro, como um todo, também provocou menores movimentações populacionais dentro de suas fronteiras. Entretanto, a menor produção das demais regiões ao sul de Belmonte, registrada por Santos em 1957, parece-nos ter sido o resultado de uma queda, pois, em 1872, Porto Seguro, Caravelas e Alcobaça apresentam uma população muito próxima à de Belmonte, o que vale dizer, 3.044, 3.826 e 3.036 habitantes, respectivamente.

A estabilidade da população geral da antiga Capitania de Porto Seguro, todavia, não deve ser tomada como um sinal de que, nela, pode não ter havido o mesmo processo de substituição de população e de língua. Isto porque, se, em termos quantitativos, essa mudança não é tão visível, em termos qualitativos, entretanto, o é.

- | Sul da Bahia: do multilinguismo ao unilinguismo (1760-1940)

Desse modo, da mesma maneira que, na antiga Capitania de Ilhéus, passou a haver a predominância de pardos e de negros sobre os brancos, indígenas e mamelucos – modificando completamente a essência da população que se apresentava antes de 1860 –, o mesmo passou a acontecer na antiga Capitania de Porto Seguro.

Assim, em 1872, passamos a ter, em primeiro lugar, os negros (em número de 8.348), seguidos dos pardos (em número de 7.290), dos brancos (em número de 5.543) e, a distância, os mamelucos (em número de 1.792).

A substituição da população

Antes de 1860, a população global do sul da Bahia era de cerca de 35 mil indivíduos, compostos, em sua maior parte, por indígenas e mamelucos (e uma minoria de negros e pardos), responsáveis pelo cenário multilíngue da região. Quando chega a “maioridade comercial” do cacau, na referida década, a população, como um todo, quase triplica, crescendo, em 1872, para 102.405 habitantes, sendo composta agora por uma maioria absoluta de pardos e negros, e uma minoria absoluta de mamelucos. Tratou-se de uma mudança radical – tanto em termos quantitativos, quanto em termos qualitativos – da sociedade que habitava o sul da Bahia. Sendo essa nova sociedade falante do português, o fim do multilinguismo local foi incontornável.

São ainda relevantes, no recenseamento de 1872, os dados relativos à população livre quando se apresentam classificados em função da instrução, ou seja, distribuindo os habitantes do sul da Bahia entre os que “Sabem ler e escrever” e os “Analfabetos”. Vejamos:

Tabela 7. Adaptado de “Recenseamento do Brasil em 1872”¹⁰ (1872, p. 68-76)

Antiga Capitania de Ilhéus (1872)		
Instrução		
Municípios	Alfabetizados	Analfabetos
Valença	2.035	12.700
Jequiriçá	4.281	22.598
Santarém	523	3.232
Cairú	797	2.214

¹⁰ Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>. Acesso em: 13 abr. 2024.

Taperoá	1.226	4.864
Camamu	906	7.158
Barcelos	647	809
Maraú	337	1.962
Barra do Rio de Contas	440	2.662
Ilhéus	1.044	3.387
Olivença	242	2.397
Canavieiras	548	2.985
Total	13.026	66.968

Fonte: Elaboração própria

Tabela 8. Adaptado de “Recenseamento do Brasil em 1872”¹¹ (1872, p. 68-76)

Antiga Capitania de Porto Seguro (1872)		
Instrução		
Municípios	Alfabetizados	Analfabetos
Belmonte	1.090	2.771
Santa Cruz	387	244
Vila Verde	99	433
Porto Seguro	189	2.865
Trancoso	625	465
Caravelas	1.538	2.288
Prado	315	1.698
Alcobaça	1.138	2.478
Viçosa	895	2.864
Porto Alegre	1.098	1.208
Total	7.374	17.314

Fonte: Elaboração própria

¹¹ Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>. Acesso em: 13 abr. 2024.

- | Sul da Bahia: do multilinguismo ao unilinguismo (1760-1940)

Tabela 9. Adaptado de “Recenseamento do Brasil em 1872”¹² (1872, p. 68-76)

Alfabetizados do sul da Bahia	
Antiga Capitania de Ilhéus	13.026
Antiga Capitania de Porto Seguro	7.374
Total	20.400

Fonte: Elaboração própria

Nos dados apresentados, relativos a 1872, percebemos que, na antiga Capitania de Ilhéus, a maior quantidade de alfabetizados, como era de se esperar, corresponde aos municípios com maior densidade populacional, ou seja, Valença e Jequiçá, com, respectivamente, 2.035 e 4.281 indivíduos que sabiam ler e escrever.

De maneira análoga, a mesma correspondência manifestou-se na antiga Capitania de Porto Seguro, coincidindo o maior número de alfabetizados com os municípios de maior densidade populacional, ou seja, Belmonte, Caravelas e Alcobaça, com, respectivamente, 1.090, 1.538 e 1.138 indivíduos que sabiam ler e escrever.

Temos, então, para o sul da Bahia, um total geral de 20.400 pessoas alfabetizadas, num universo populacional de 102.405 indivíduos, o que corresponde a 20% de alfabetizados na Zona do Cacau.

Se levamos em conta a afirmação de Antônio Houaiss (1985) de que, no Brasil, de forma geral, em 1890, o percentual de alfabetizados era de apenas 0,5%, podemos notar que o percentual de alfabetizados da Zona do Cacau, em 1872, ainda dezoito anos antes, era bastante alto em relação ao geral do Brasil. Tal percentual elevado é, certamente, fruto da prosperidade econômica da região cacauzeira, que se refletiu na fundação de escolas, fossem públicas, fossem particulares.

Como seria fantasioso cogitar que outra língua, que não o português, poderia ter sido ensinada nas escolas fundadas na Zona do Cacau, cremos ser natural considerar que os 20.400 indivíduos, registrados como alfabetizados no recenseamento de 1872, o tenham sido em língua portuguesa. Estando correto esse raciocínio, também estaria correta nossa hipótese de que foi através da ascensão da economia cacauzeira, e do conseqüente processo migratório por ela gerado, que não só foram extintas as muitas línguas indígenas e a língua geral da região, como foi introduzido e generalizado o português brasileiro na Zona do Cacau – inicialmente, na sua variedade popular; posteriormente, com a criação

¹² Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>. Acesso em: 13 abr. 2024.

de escolas e com a continuidade da migração de outras regiões do Brasil, das quais vieram profissionais com nível superior de escolaridade, também na sua variedade culta e semiculta.

Outro fator que vem corroborar a hipótese de que foi a ascensão da economia cacauera a responsável pelo fim do multilinguismo e introdução do unilinguismo em português no sul da Bahia são os dados do recenseamento de 1872 relativos à população escravizada.

Embora, durante todo o período colonial, a mão de obra escravizada de origem africana tenha sido pouco utilizada no sul da Bahia, justamente por causa de sua estagnação econômica (o preço de aquisição do escravizado africano era alto), impossibilitando que os negros difundissem oralmente a língua portuguesa “refeita” também nas antigas Capitanias de Ilhéus e de Porto Seguro – sendo esta uma das razões para ter prevalecido, ali, o uso das muitas línguas indígenas e da língua geral (ou “tupi-guarani”¹³, como prefere utilizar Ribeiro), como língua supra-étnica –, após a ascensão da economia baseada no plantio do cacau, entretanto, tal aquisição de escravizados de origem africana tornou-se possível. É essa a razão que, a nosso ver, explica o grande aumento da população de escravizados negros e pardos na região. Os dados do recenseamento de 1872, relativos à população escravizada, não deixam dúvidas:

Tabela 10. Adaptado de “Recenseamento do Brasil em 1872”¹⁴ (1872, p. 68-76)

Antiga Capitania de Ilhéus (1872)	
Municípios	População escravizada (africanos e afrodescendentes)¹⁵
Valença	1.936
Jequiriçá	2.219
Santarém	341

13 Ressaltemos que “tupi-guarani”, na verdade, é o nome da família linguística, dentro da qual está incluída a língua tupinambá e a sua variedade colonial, a língua geral. Por isso, não é adequado utilizar os três referidos termos como sinônimos.

14 Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>. Acesso em: 13 abr. 2024.

15 Nesse ano de 1872, a quantidade de escravizados africanos, por cada freguesia que compunha os municípios do sul da Bahia, já era muito pequena, tendo, como número máximo, 88 africanos em Ilhéus. Os demais locais apresentados no recenseamento contêm, em sua maioria, números abaixo de 10, além de vários locais com nenhum africano. Por essa razão, não discriminamos a população de escravizados africanos e de escravizados nascidos no Brasil, embora o recenseamento apresente essa informação, porque, sendo a maioria absoluta dos escravizados brasileiros e já falantes nativos do português brasileiro popular, não havia mais situações propensas à transmissão linguística irregular do português, como aconteceu em Helvécia, antiga colônia suíço-alemã de Leopoldina. Até porque, o caso dessa colônia foi peculiar e relativamente efêmero.

- | Sul da Bahia: do multilinguismo ao unilinguismo (1760-1940)

Cairú	258
Taperoá	712
Camamu	964
Barcelos	460
Maraú	362
Barra do Rio de Contas	510
Ilhéus	1.051
Olivença	188
Canavieiras	189
Total	9.190

Fonte: Elaboração própria

Tabela 11. Adaptado de “Recenseamento do Brasil em 1872”¹⁶ (1872, p. 68-76)

Antiga Capitania de Porto Seguro (1872)	
Municípios	População escravizada (africanos e afrodescendentes)
Belmonte	462
Santa Cruz	700
Vila Verde	3
Porto Seguro	124
Trancoso	371
Caravelas	205
Prado	218
Alcobaça	548
Viçosa	1.458
Porto Alegre	438
Total	4.527

Fonte: Elaboração própria

¹⁶ Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>. Acesso em: 13 abr. 2024.

Tabela 12. Adaptado de “Recenseamento do Brasil em 1872”¹⁷ (1872, p. 68-76)

População escravizada (africanos e afro-descendentes) do Sul da Bahia	
Antiga Capitania de Ilhéus	9.190
Antiga Capitania de Porto Seguro	4.527
Total	13.717

Fonte: Elaboração própria

No que concerne à antiga Capitania de Ilhéus, a maior quantidade de escravizados está nas áreas esperadas, ou seja, aquelas cuja produção de cacau era, possivelmente, maior: Valença, com 1.936 escravizados, e Jequiçá, com 2.219 escravizados.

O que chamou nossa atenção foi o número de 1.051 escravizados em Ilhéus, proporcionalmente alto para a quantidade de habitantes livres, que era de 4.631 indivíduos, ficando em torno de 23% de sua população. Esse número elevado pode ser um indicador de que, em 1872, já começava a aumentar a produção de cacau no centro-sul da antiga Capitania de Ilhéus, tendência que viria a se confirmar 85 anos depois, em 1957, quando Ilhéus e Itabuna já figuram como os principais produtores da Zona do Cacau.

Relativamente à antiga Capitania de Porto Seguro – com exceção da Vila Verde, que, em todos os dados demográficos de 1872, expostos até aqui, sempre apresenta o menor contingente populacional; no caso dos escravizados, especificamente, apenas três –, os demais municípios – com a nova exceção de Viçosa, da qual vamos tratar – apresentam números que variam dos 124 aos 700 escravizados, mas sem chegar à casa dos mil. Tal contingente, inclusive, contraria a regularidade, que vinha se apresentando até então, de os maiores números corresponderem a Belmonte, Porto Seguro, Caravelas e Alcobaça, tendo o número de 700 escravizados correspondido ao município de Santa Cruz, que não era dos mais populosos, e o de 124 escravizados correspondido ao município de Porto Seguro, que era dos mais populosos. Essa quebra de regularidade pode ter como explicação um maior percentual do uso de mão de obra livre nas roças de cacau de Belmonte, Porto Seguro, Caravelas e Alcobaça, conseqüentemente não gerando a necessidade de uso mais acentuado da mão de obra escravizada.

Sobre Viçosa, é digno de nota o fato de ter figurado como o município com o maior contingente de escravizados da antiga Capitania de Porto Seguro no recenseamento de 1872, apresentando o número de 1.458 indivíduos. Se comparados com o contingente de

¹⁷ Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>. Acesso em: 13 abr. 2024.

- | Sul da Bahia: do multilinguismo ao unilinguismo (1760-1940)

2.559 indivíduos livres de Viçosa, esses 1.458 escravizados representam um percentual de 57% da população do município, o que é bastante significativo, por se tratar de mais da metade da população local.

Esse alto percentual, entretanto, não é explicado por uma possível alta na produção de cacau. Até porque, em 1957, Viçosa aparece na área de menor produção da Zona do Cacau, o que indica que não foi essa a razão do maior contingente escravizado ali encontrado em 1872.

A explicação para esse fenômeno em Viçosa pode estar no fato de, no seu entorno, terem-se estabelecido as colônias suíço-alemãs de Leopoldina e de Frankental, que tinham como esteio econômico a lavoura cafeeira e que, a partir de 1840, devido a sua prosperidade, começaram a adquirir escravizados para suas plantações – inicialmente com um alto percentual de africanos, cerca de 50%, mas que, devido à alta taxa de natalidade do local e aos efeitos da Lei Eusébio de Queirós, que proibiu a importação de escravizados da África (Lucchesi; Baxter, 2009), teve seu percentual de africanos reduzido a 1,4%, com apenas 21 escravizados africanos no ano de 1872, segundo o recenseamento em questão.

Considerando-se que a população do sul da Bahia, durante o período colonial, foi, por excelência, composta por indígenas e por mamelucos, o fato de, em 1872, haver uma prevalência absoluta de pardos e de negros – e isto apenas no que se refere à população livre – leva-nos, por eliminação, a concluir que são procedentes as informações de Dias Tavares (2008) e de Santos (1957), sobre a migração de contingentes populacionais adventícios para o sul da Bahia, atraídos pela prosperidade da lavoura do cacau. E, sendo procedentes essas informações, conseqüentemente é procedente nossa hipótese de que foi esse processo migratório o responsável pela extinção do multilinguismo e simultânea introdução do unilinguismo em português na região, visto que esses contingentes populacionais eram compostos, segundo Ribeiro (2004b [1995]) e Mattos e Silva (2004), por falantes monolíngues do português brasileiro popular já “reformatado”, seja devido a sua aquisição como L2 e em condições precárias, praticamente sem qualquer auxílio de escolarização – mas com acesso abundante às estruturas da língua-alvo –, seja devido a processos de transmissão linguística irregular de tipo leve – nos quais o acesso às estruturas da língua-alvo é restrito –, como defendem Lucchesi e Baxter (2009).

Até agora, vimos que, dos 102.405 habitantes livres do sul da Bahia, em 1872, 74.256 eram negros e pardos, ou seja, 73% da população livre da Zona do Cacau. Somando-se a esse grande contingente os 13.717 escravizados – cujo resultado é o impressionante contingente de 116.122 indivíduos –, essa porcentagem de negros e pardos sobe ainda mais, atingindo os 76%.

Desse modo, percebemos que, a crer nas informações de Ribeiro (2004b [1995]) e de Mattos e Silva¹⁸ (2004), de fato, a população que, a partir de 1860, veio a substituir a antiga população do sul da Bahia foi a responsável pelo fim do multilinguismo indígena da região, pois 76% de seus indivíduos eram compostos por falantes nativos do português.

Para somar-se a esse percentual de 76% de falantes nativos do português, ainda devemos acrescentar os 21%, em sua maior parte também falantes nativos de um português mais próximo do europeu (escrevemos “em sua maior parte”, pois os mamelucos, que consideramos estarem incluídos nesses 21% de brancos do recenseamento de 1872, eram prováveis falantes de um português europeizado como segunda língua), totalizando 97% de falantes da língua lusitana – seja na variedade europeizada, seja na variedade já com características brasileiras – no sul da Bahia. Os outros 3% da população, representados pelos mamelucos que apareceram textualmente no recenseamento de 1872, ao se depararem com uma nova sociedade cuja única língua era o português, se ainda eram falantes da língua geral ou de alguma das muitas línguas indígenas que havia no lugar, tiveram, inevitavelmente, de abandoná-la, para poderem integrar-se à sociedade do cacau, que já dominava a região.

A viagem de Curt Nimuendaju ao sul da Bahia em 1938

Entretanto, o documento mais informativo sobre a briga pela posse das terras do cacau no sul da Bahia, assim como sobre a substituição da população indígena da região e seu conseqüente “desfacelamento” etnolinguístico, é o pouco conhecido relatório que Nimuendaju escreveu, em 1938, sobre a viagem que fez à reserva Paraguaçu-Caramuru, entre o rio Pardo e o rio Cachoeira¹⁹. É sobre ele que nos deteremos nesta seção.

18 “[...] a luta mais árdua do negro africano e de seus descendentes brasileiros foi, ainda é, a conquista de um lugar e de um papel de participante legítimo na sociedade nacional. Nela se viu incorporado à força. Ajudou a construí-la e, nesse esforço, se desfez, mas, ao fim, só nela sabia viver, em razão de sua total desafricanização. A primeira tarefa cultural do negro brasileiro foi a de aprender a falar o português que ouvia nos berros do capataz. Teve de fazê-lo para comunicar-se com seus companheiros de desterro, oriundos de diferentes povos. Fazendo-o, se reumanizou, começando a sair da condição de bem semovente, mero animal ou força energética para o trabalho. Conseguindo miraculosamente dominar a nova língua, não só a refez, emprestando singularidade ao português do Brasil, mas também possibilitou sua difusão por todo o território, uma vez que nas outras áreas se falava principalmente a língua dos índios, o tupi-guarani” (Ribeiro, 2004 [1995], p. 220; trecho também citado por Mattos e Silva (2004, p. 83)).

19 Esse relatório, pouco conhecido mesmo entre historiadores e etnólogos, nos foi gentilmente cedido pela Prof^a Maria Rosário Carvalho (UFBA), a quem fica o nosso agradecimento. A referida professora também escreveu um interessante artigo, cujo foco incide sobre essa viagem, chamado “Curt Nimuendaju no Sul da Bahia: registro etnográfico e repercussões de sua visita aos Pataxó Hãhãhã” (1995).

- | Sul da Bahia: do multilinguismo ao unilinguismo (1760-1940)

As observações referem-se a cinco etnias: tupiniquim (tupinambá) – mais particularmente a seus descendentes –, pataxó, kamakã, kariri e baenã. Apesar de não fazer observações de caráter etnolinguístico sobre os tupiniquins (tupinambás), o faz, entretanto, sobre as demais etnias citadas.

Sobre os descendentes dos tupiniquins (tupinambás), afirma:

Aproveitei a demora em Ilhéus para fazer uma visita aos índios descendentes dos Tupinaki que habitavam nas vizinhanças de Olivença, 16 Km ao sul de Ilhéus. São ainda em número de uns 300, fortemente cruzados e quase sem nenhuma cultura própria. Contudo ainda vi algumas coisas interessantes, como por exemplo uma rede de algodão, genuíno trabalho tupi, com quatro punhos. Estes índios são amáveis e de fácil tratamento, mas os seus vizinhos neobrasileiros procuram por todos os meios, por vexames e ameaças fazer com que lhes “vendam” as suas terras, e como eles não acham quem os defenda, o desmembramento do grupo é questão de pouco tempo²⁰ (Nimuendaju, 1938, p. 2).

Após 6 dias em Ilhéus, Nimuendaju segue, no dia 21 de setembro, para a reserva Paraguaçu-Caramuru, que “consta de mais de 500 quilômetros quadrados, formando uma faixa que vai do Rio Cachoeira, ao Norte, até o Rio Pardo, ao Sul” (Nimuendaju, 1938, p. 2) – dentro dos limites da antiga Capitania de Ilhéus –, onde permanece por mais de dois meses, de 22 de setembro a 28 de novembro:

Essas terras, demarcadas e legalizadas, são oficialmente uma reserva territorial para índios, e quando foi fundado o Posto em 1927 só existiam aí duas famílias neobrasileiras. Hoje habitam nela mais de 1.500 (mil e quinhentos) intrusos que em parte receberam a licença para entrar, debaixo de toda amizade, pelos diversos administradores do Posto, em parte entraram sem perguntar a ninguém. Perdidos nesta massa da população neobrasileira da reserva acham-se 123 índios da mais variada origem²¹ (Nimuendaju, 1938, p. 3).

[i] Com relação aos pataxós, Nimuendaju atesta seu decréscimo numérico depois de terem sido levados para a reserva. Dos cerca de 100 pataxós que foram para lá, em 1927, só restaram 16 naquele ano de 1938, que já estavam em franco processo de decadência étnica. Esses 16 pataxós foram classificados, por Nimuendaju, em dois grupos distintos.

20 *A viagem de Curt Nimuendaju ao sul da Bahia em 1938.*

21 *A viagem de Curt Nimuendaju ao sul da Bahia em 1938.*

Um, composto por indígenas que “Não falam português, ou pelo menos não tanto que se pudesse tomar-lhes qualquer informação nesta língua”²². Outro, composto por indígenas que “[...] falam mais ou menos o português, mas nenhum ou muito pouco pataxó”, com o qual Nimuendaju (1938, p. 3) conseguiu, de dois rapazes, “[...] uma lista de algumas centenas de palavras, mas os meus informantes não eram mais capazes [sic] de formar frases na sua língua original”²³.

Ao final de suas considerações, Nimuendaju (1938, p. 4) afirma que:

Outro bando pataxó habitou antes de 1927 no baixo Rio Gongogi. Foi pouco a pouco exterminado pelos fazendeiros vizinhos. No dito ano só restava dele um único homem que, quatro vezes capturado pelo pessoal do Posto, fugiu três vezes, até que finalmente conseguiu fugir para o outro mundo²⁴.

[ii] Com relação aos kamakãs, Nimuendaju afirma que sua última tribo já havia sido extinta, restando, na reserva Paraguaçu-Caramuru – num local chamado Mundo Novo –, apenas 11 descendentes dos indígenas dessa etnia, cuja maioria dá a entender já ser de mestiços. A tribo ficava a 60 quilômetros de distância da reserva, às margens do rio Catolé, afluente do rio Pardo. Após conflitos pela posse de suas terras, foram expulsos delas em 1932, momento em que vão morar na reserva, levados pelo inspetor do SPI, Alberto Jacobina.

Dos onze sobreviventes da tribo, afirma que apenas duas senhoras idosas eram indígenas estromes e ainda sabiam a língua kamakã. Porém, uma delas tinha acabado de morrer quando Nimuendaju chegou e foi enterrada justamente nesse dia, de modo que teve acesso apenas a uma delas, Jacinta Grayrá, aparentemente com mais de 70 anos. Dessa informação, depreendemos que os outros nove descendentes dos kamakãs já não sabiam mais falar a língua da tribo, mas apenas o português. Com relação a Jacinta Grayrá, “Falava um português péssimo com uma fonética puramente kamakã, de maneira que muito custei a compreendê-la”²⁵ (Nimuendaju, 1938, p. 4).

[iii] Com relação aos kariris (kamurus e sapuyás), Nimuendaju afirma que viviam às margens do rio Gongogi, 100 Km ao noroeste da reserva Paraguaçu-Caramuru. O etnólogo

22 *A viagem de Curt Nimuendaju ao sul da Bahia em 1938.*

23 *A viagem de Curt Nimuendaju ao sul da Bahia em 1938.*

24 *A viagem de Curt Nimuendaju ao sul da Bahia em 1938.*

25 *A viagem de Curt Nimuendaju ao sul da Bahia em 1938.*

- | Sul da Bahia: do multilinguismo ao unilinguismo (1760-1940)

não diz quantos eram, mas afirma que, em metade deles, prevalecia o sangue indígena e que somente poucos ainda eram indígenas estremes²⁶.

[iv] Com relação aos baenãs, Nimuendaju afirma que, em 1927 – ocasião da fundação do posto do SPI, na reserva Paraguaçu-Caramuru –, habitavam as margens do rio Pardo. Levados à força, de lá, para as terras do posto, todos pereceram, à exceção de um menino de seis anos, que foi retirado de sua família, pelo que se entende, logo após o nascimento. Por essa razão, inclusive, não chegou a adquirir a língua baenã²⁷.

Embora não se detenha em maiores detalhes sobre outras etnias, ainda faz duas últimas observações sobre os indígenas da região – nesse caso, os maxacalis e os botocudos. São informações rápidas, mas de grande valia, porque, assim como as demais apresentadas, confirmam a dizimação sofrida pelos indígenas do sul da Bahia. No que vamos citar, temos a confirmação de que, em 1938, os maxacalis do rio Jequitinhonha já estavam extintos, o que confirma, também, a extinção de sua língua. Mas Nimuendaju afirma claramente que, além dos maxacalis, outras tribos foram igualmente extintas, o que confirma a morte de mais línguas, embora não informe quais eram.

Sobre os botocudos, informa sua possível sobrevivência nas imediações do rio Mucuri, porque, em 1910, ainda resistiam à frente de expansão agrícola, atacando os não-indígenas da região, o que pressupõe a sobrevivência de sua língua, ao menos entre os falantes mais velhos. Isto porque, como vimos, no momento em que se referiu aos kamakãs, a etnia ainda existia, mas somente uma senhora, Jacinta Grayrá, ainda era falante da língua da antiga tribo:

Os bandos que antigamente habitavam na região do Jequitinhonha já desapareceram por completo como também os massakari do mesmo rio. Mas é possível que ainda existam botocudos na região do rio Mucury onde ainda em 1910 faziam saídas hostis²⁸ (Nimuendaju, 1938, p. 10).

O recenseamento da República Federativa do Brasil em 1940

Para além dos já contundentes dados etnolinguísticos oferecidos pelo relatório de Nimuendaju (1938), dados demográficos do século XX, mais especificamente de 1940,

26 *A viagem de Curt Nimuendaju ao sul da Bahia em 1938.*

27 *A viagem de Curt Nimuendaju ao sul da Bahia em 1938.*

28 *A viagem de Curt Nimuendaju ao sul da Bahia em 1938.*

relativos à Zona do Cacau, reforçam ainda mais a hipótese que estamos expondo neste artigo, ou seja, a de que um processo migratório significativo de sertanejos (principalmente os do sexo masculino, que vieram a ser traduzidos na figura do “jagunço”, responsáveis, em grande parte, pelo extermínio da população autóctone da região) teria sido o responsável pela dizimação dos falantes das línguas do sul da Bahia – resultando na extinção de seu multilinguismo –, ao mesmo tempo em que introduziu o português brasileiro como língua predominante na região.

Referimo-nos ao *Ensaio de descrição estatística de uma zona fisiográfica (Zona Cacaueira do Estado da Bahia) pelos dados do recenseamento* – publicado em 1952, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e escrito por Giorgio Mortara –, no qual são encontrados dados demográficos relevantes sobre a população do sul da Bahia em 1940, quando a economia baseada no plantio do cacau já estava consolidada, assim como sua população, que naquele momento já era composta principalmente por sertanejos tanto do estado da Bahia, quanto de outros estados.

De acordo com o que viemos argumentando até aqui, enquanto, no período anterior ao desenvolvimento da lavoura cacaueira, a população de todo o sul da Bahia não passava de pouco mais de 35.000 pessoas – entre indígenas, mamelucos, brancos pobres e uma minoria de pardos e negros –, a partir do incremento da lavoura cacaueira, por volta de 1760, a migração de sertanejos foi responsável por um espantoso crescimento demográfico na região, atingindo, primeiro, um número superior a 116.000 pessoas, em 1872 – somando-se a população livre e a população escravizada –, e, depois, um número superior a 460.000 pessoas, em 1940, como demonstram os dados do censo do IBGE analisados por Mortara. Tanto o recenseamento de 1872, quanto o recenseamento de 1940 atestam um crescimento demográfico vertiginoso e contínuo para o sul da Bahia, confirmando, portanto, as inferências que viemos expondo neste artigo:

Tabela 13. Adaptado de Giorgio Mortara (1952, p. 12, grifo próprio)

Zona do Cacau (população em 1940, por Municípios)	
Município	População em 1940
Belmonte	27.580
Cairu	4.948
Camamu	22.312
Canavieiras	36.064
Ilhéus	113.269
Ipiaú	33.653

Itabuna	96.879
Itacaré	22.701
Ituberá	21.012
Maraú	11.205
Nilo Peçanha	12.508
Taperoá	8.995
Ubaitaba	12.141
Una	9.287
Valença	29.442
Zona do Cacau	461.996

Fonte: Elaboração própria

No referido ensaio, Mortara (1952) afirma que a importância demográfica da Zona do Cacau era maior do que sua importância territorial, pois, segundo dados do IBGE de 1º de setembro de 1940, a população da Zona correspondia a um oitavo da população de todo o Estado da Bahia – com 461.996 habitantes (cf.: Tabela 13), sendo 52,54% de homens e 47,45% de mulheres –, enquanto a extensão de seu território – perfazendo uma área total de 27.403 Km² – correspondia a, apenas, um vigésimo do território de todo o estado (Mortara, 1952).

Desse número de 461.996 habitantes, os que são considerados especialmente aptos para o trabalho estão entre as idades de 20 e 59 anos – incluindo homens e mulheres –, o que representa 44,55% da população total. Desses 44,55% especialmente aptos, 24,47% são homens e 20,08% são mulheres. É justamente dentro dessa faixa etária que está a maior proporção de homens em relação às mulheres: “Localiza-se, portanto, principalmente nas idades mais válidas o excedente masculino, característico da população da zona” (Mortara, 1952, p. 22).

Comparando-se a percentagem de 44,55% de ativos (incluindo homens e mulheres) com o percentual análogo da Bahia como um todo, vemos que a Zona do Cacau apresentava, em 1940, um maior contingente populacional em idade ativa, dentro da faixa etária de 20 a 59 anos, pois, para o conjunto da Bahia, temos um percentual de ativos (incluindo homens e mulheres) de 41,92%, dividido em 20,13% de homens e 21,79% de mulheres. Nesse ponto, não se pode deixar de assinalar o fato de que, dentro da população ativa do conjunto da Bahia, o percentual de mulheres ativas (21,79%) é maior do que o de homens (20,13%), diferentemente do que ocorria na Zona do Cacau, na qual o percentual de homens ativos (24,47%) era maior do que o de mulheres (20,08%), situação que resulta,

no caso específico da Zona do Cacau, do caráter predominantemente masculino de sua imigração, como se verá a seguir.

O maior percentual de homens em atividade, na faixa entre 20 e 59 anos, explica-se pela essência agrícola da economia cacaueteira, que exigia uma quantidade maior de mão de obra masculina para o trabalho pesado nas roças de cacau. Tal caráter predominantemente masculino da migração sertaneja para o sul da Bahia não pode passar despercebido. Pelo contrário, deve ser ressaltado, devido à importância que assume ao também corroborar as informações apresentadas por Santos (1957) e Dias Tavares (2008), quando afirmam que foi o sertanejo – que muitas vezes já atuava como jagunço para outros coronéis nos interiores pastoris do mesmo “Brasil Crioulo” (cf.: Ribeiro, 2004 [1995], p. 274-306) – o responsável pelo desbravamento das matas do cacau, cuja frente de expansão teria conduzido ao conflito com os povos autóctones e com os colonos da região, resultando na sua morte e, conseqüentemente, na morte de suas línguas.

Os dados demográficos expostos acima – conjugados aos dados demográficos do recenseamento de 1872 – comprovam o espantoso crescimento populacional do sul da Bahia como resultado da prosperidade da lavoura cacaueteira, assim como a predominância do sexo masculino no seio dessa população, reforçando, desse modo, nossa hipótese de que teriam sido esses contingentes dos interiores nordestinos, tornados ou mantidos como jagunços (Santos, 1957), os principais responsáveis pela substituição da população do sul da Bahia e pela conseqüente mudança radical de seu quadro de línguas.

Dessa maneira, após a dizimação e expulsão dos indígenas, dos mamelucos, dos brancos pobres e dos então poucos negros e pardos, falantes das muitas línguas indígenas e da língua geral, a região sul da Bahia ficou aberta para a entrada da língua portuguesa.

Por fim, os próprios indígenas, mamelucos, brancos pobres, negros e pardos – últimos depositários do multilinguismo da região, que fugiram para as matas virgens além dos cacauais –, com o passar do tempo, provavelmente, viram-se na contingência de restabelecer contato com a região tomada pela nova sociedade cacaueteira, contato este que só era possível em língua portuguesa, tornando-se a língua mais viável socialmente, provocando, como conseqüência dessa viabilidade, o abandono paulatino das línguas da velha história do sul da Bahia e a adoção do português brasileiro também por eles.

Conclusão

Neste artigo, expusemos e desenvolvemos nossa hipótese sobre a morte das cerca de 60 línguas indígenas do sul da Bahia, incluindo a língua geral – variedade colonial do tupinambá –, em simultâneo com a introdução do português.

- | Sul da Bahia: do multilinguismo ao unilinguismo (1760-1940)

Como embasamento empírico, utilizamos fontes primárias manuscritas do Arquivo Histórico Ultramarino, do Arquivo Nacional da Torre do Tombo – ambos localizados em Lisboa, Portugal – e do Arquivo Público do Estado da Bahia – localizado em Salvador. Além das fontes primárias manuscritas, utilizamos fontes primárias impressas, como o *Recenseamento do Império do Brasil em 1872*, o *Relatório da viagem de Curt Nimuendaju ao sul da Bahia em 1938*, escrito pelo próprio Nimuendaju, e o *Ensaio de descrição estatística de uma zona fisiográfica (Zona Cacaueira do Estado da Bahia) pelos dados do recenseamento (1952)*, organizado por Mortara.

Consideramos, portanto, que o processo de migração de populações dos interiores sertanejos nordestinos para essa região, a partir da década de 1760 – e que teve como uma de suas principais características a luta pela posse das terras férteis e propícias ao cultivo do cacau –, foi o principal motivo do declínio e desaparecimento do multilinguismo do sul da Bahia, pois os integrantes de sua comunidade linguística ou morreram nos conflitos pela posse da terra ou fugiram para as matas virgens onde a frente de expansão cacaueira ainda não havia chegado. Ao mesmo tempo, como esses migrantes já eram falantes de português brasileiro, introduziram-no na região.

Referências

ARGOLO, W. Migração e glotocídio: o ocaso de uma língua geral. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 91-101, abr./jun. 2013.

ARGOLO, W. **História linguística do Sul da Bahia (1534-1940)**. 2015. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

ARGOLO, W. As línguas gerais na história social-linguística do Brasil. **PAPIA**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 7-52, jan./jun. 2016.

CANCELA, F. **De projeto a processo colonial: índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga Capitania de Porto Seguro (1763-1808)**. 2012. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

DIAS TAVARES, L. H. **História da Bahia**. Salvador: EDUFBA/UNESP, 2008.

LUCCHESI, D.; BAXTER, A. A transmissão linguística irregular. *In*: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). **O Português Afro-Brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009.

MATTOS E SILVA, R. V. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2004.

MORTARA, G. **Ensaio de descrição estatística de uma zona fisiográfica (Zona Cacaueira do Estado da Bahia) pelos dados do recenseamento**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952.

MOTT, L. **Bahia: inquisição & sociedade**. Salvador: EDUFBA, 2010.

SANTOS, M. **Zona do Cacau**. São Paulo: Brasiliiana, 1957.

VILHENA, L. **A Bahia no século XVIII**. Salvador: Editora Itapuã, 1969 [1798-1799].

COMO CITAR ESTE ARTIGO: ARGOLO, Wagner. Sul da Bahia: do multilinguismo ao unilinguismo (1760-1940). **Revista do GEL**, v. 21, n. 1, p. 197-223, 2024. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>.

Submetido em: 20/09/2023 | Aceito em: 11/12/2023.
